

**PROCESSO Nº: 0802008-96.2016.4.05.8400 - APELAÇÃO CÍVEL**

**APELANTE: TANIA MARIA SOARES DE MEDEIROS ANDRADE**

**ADVOGADO: Jose Alexandre Sobrinho e outros**

**APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e outro**

**RELATOR(A): Desembargador(a) Federal Paulo Roberto de Oliveira Lima - 2ª Turma**

**JUIZ PROLATOR DA SENTENÇA (1º GRAU): Juiz(a) Federal Janilson Bezerra De Siqueira**

## **RELATÓRIO**

### **O SR. DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA LIMA (RELATOR):**

Cuida-se de apelação cível interposta por TANIA MARIA SOARES DE MEDEIROS ANDRADE em face de sentença proferida em ação civil pública por improbidade administrativa movida pelo MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e outro, na qual a apelante fora condenada pela prática das condutas ímprobadas previstas na Lei nº 8.429/92, art. 9º, XI e XII.

Assim foram aplicadas as sanções: ressarcimento integral do dano, no valor de R\$ 2.648.268,17 (dois milhões, seiscentos e quarenta e oito mil, duzentos e sessenta e oito reais e dezessete centavos), multa civil no montante de R\$ 264.826,81 (duzentos e sessenta e quatro mil, oitocentos e vinte e seis reais e oitenta e um centavos), suspensão dos direitos políticos por 08 (oito) anos e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário pelo prazo de 10 (dez) anos.

Em suas razões de apelo, alega a defesa: preliminarmente, a ilicitude dos meios de prova diante da ausência de publicidade de processo administrativo; quanto ao mérito, a ausência de materialidade e autoria, além da fragilidade das provas apresentadas.

Houve contrarrazões.

Encaminhados os autos à douta Procuradoria Regional da República, retornaram com parecer opinando pelo não provimento da apelação interposta e consequente manutenção do *decisum* monocrático.

É o que importa relatar.

**PROCESSO Nº: 0802008-96.2016.4.05.8400 - APELAÇÃO CÍVEL**

**APELANTE: TANIA MARIA SOARES DE MEDEIROS ANDRADE**

**ADVOGADO: Jose Alexandre Sobrinho e outros**

**APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e outro**

**RELATOR(A): Desembargador(a) Federal Paulo Roberto de Oliveira Lima - 2ª Turma**

**MAGISTRADO CONVOCADO: Desembargador(a) Federal Frederico Wildson Da Silva Dantas**

**JUIZ PROLATOR DA SENTENÇA (1º GRAU): Juiz(a) Federal Janilson Bezerra De Siqueira**

## **VOTO**

### **O SR. DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA LIMA (RELATOR):**

Conforme relatado, examina-se apelação interposta por TANIA MARIA SOARES DE MEDEIROS ANDRADE em face de sentença proferida em ação civil pública por improbidade administrativa movida pelo MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e outro, na qual ela restou condenada pela prática das condutas ímprobadas previstas na Lei nº 8.429/92, art. 9º, XI e XII.

Ao sentenciar, o julgador monocrático restou por aplicar as sanções de ressarcimento integral do dano, no valor de R\$ 2.648.268,17 (dois milhões, seiscentos e quarenta e oito mil, duzentos e sessenta e oito reais e dezessete centavos), multa civil no montante de R\$ 264.826,81 (duzentos e sessenta e quatro mil, oitocentos e vinte e seis reais e oitenta e um centavos), suspensão dos direitos políticos por 08 (oito) anos e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário pelo prazo de 10 (dez) anos.

Ao apelar, a ré alegou, preliminarmente, a ilicitude dos meios de prova diante da ausência de publicidade de processo administrativo. Quanto ao mérito, a ausência de materialidade e autoria, além da fragilidade das provas apresentadas.

Entendo não merecer reparos a sentença aqui vergastada.

Consta dos autos que a ré, ora apelante, mediante movimentação no sistema bancário e com a utilização das prerrogativas do cargo que ocupava (empregada da Caixa Econômica Federal - CEF), realizou reiteradas transferências indevidas de valores de contas de clientes (para conta dela própria e de pessoas a ela ligadas), obtendo, assim, a importância de R\$ 2.648.268,17 (dois milhões seiscentos e quarenta e oito mil, duzentos e sessenta e oito reais e dezessete centavos), no período de janeiro/2008 a junho/2012.

*In casu*, restou fartamente comprovado nos autos que fora a demandada quem realizou, através dos sistemas internos da instituição bancária e por meio de guias de débito autenticadas nos caixas, repita-se, a transferência de valores de contas de clientes da CEF para contas de sua própria titularidade ou de pessoas que lhe eram próximas, mediante fraude, e, como é óbvio, sem a devida autorização formal dos clientes lesados, além de realizar empréstimos em nome de clientes e movimentação de valores em quantia superior àquelas autorizadas pelos respectivos titulares das contas.

E não há como prosperar a alegação de insuficiência de provas, mormente pela robusta documentação acostada ao procedimento administrativo, que trouxe, inclusive, relatórios e demonstrativos dando conta de que as movimentações indevidas dos valores foram efetivadas por meio de senha/chave vinculada à matrícula da própria demandada, ora recorrente.

Bem fundamentou a questão o ilustre julgador *a quo* na sentença, da qual destaco:

*"Constatou-se que a demandada realizou, através dos sistemas internos da instituição bancária, como também por meio de guias de débito autenticadas nos caixas, a transferência de inúmeros valores de contas de clientes da Caixa Econômica Federal para contas de sua própria titularidade ou de pessoas que lhe eram próximas, mediante fraude, e sem a devida autorização formal dos clientes lesados.*

*Na maior parte das vezes, a ré transferiu valores de contas de clientes da Caixa para a sua própria conta ou outras às quais tinha acesso. Em outras, realizou empréstimos em nome de clientes, tendo, também, realizado a movimentação de valores em quantia superior à autorizada pelos titulares das contas, omitindo lhes, em momentos posteriores, quais eram os saldos verídicos de suas respectivas economias, tal qual relatado na 'notitia criminis' apresentada pela Caixa Econômica Federal. Ainda, muitas das operações se davam em valores considerados pequenos, razão pela qual os correntistas, em grande parte, sequer tomaram conhecimento das movimentações fraudulentas.*

*As condutas ímprobas ocorreram no período de janeiro de 2008 a junho de 2012, ou seja, durante um ano e seis meses, cerca de 94 (noventa e quatro) contas foram fraudadas mediante movimentações ilícitas da ré, movimentações que, como esclarecido pela testemunha WILSON, que presidiu a comissão do processo administrativo perante à Caixa, alcançaram a cifra de aproximadamente R\$ 5.900.000,00 (cinco milhões e novecentos mil reais), tendo ficado a descoberto a quantia de R\$ 2.648.268,17 (dois milhões, seiscentos e quarenta e oito mil, duzentos e sessenta e oito reais e dezessete centavos).*

*Além de se apropriar dos numerários subtraídos dos clientes da CAIXA, a ré ocultou e dissimulou a origem, localização e disposição dos valores provenientes das movimentações ilegais, uma vez que restituía às contas dos clientes os montantes anteriormente subtraídos ou liquidava empréstimos realizados, tudo com valores que eram obtidos irregularmente de outras contas bancárias, num verdadeiro ciclo de atos ímprobos.*

*Os dados extraídos dos sistemas internos da Caixa Econômica Federal demonstraram que as movimentações indevidas dos valores foram efetivadas por meio de senha/chave vinculada à matrícula da demandada".*

Demais disso, no curso do processo administrativo instaurado no âmbito da CEF, a ré confessou os fatos, tentando, inclusive, justificar os atos ímprobos com a necessidade de pagar uma dívida de, aproximadamente, R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), decorrente de atividades de venda de roupas e joias, tese que, além de inaceitável, nem mesmo se mostra verossímil, ainda mais quando se verifica o valor final a descoberto, bem superior ao montante da dívida que alegou buscar cobrir.

Também não merece guarida a alegação de nulidade das provas pela ausência de publicidade do ato administrativo, porquanto após a instauração do processo, foi oportunizado à demandada o exercício do contraditório e da ampla defesa, não logrando sua defesa refutar as provas apresentadas.

Por fim, ressalto que a jurisprudência unânime entende que eventuais vícios no processo administrativo não contaminam a ação de improbidade administrativa dele decorrente.

Por todo o exposto, **NEGO PROVIMENTO À APELAÇÃO CÍVEL**, mantendo incólume a sentença recorrida.

É como voto.

**PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA LIMA**

## Desembargador Federal Relator

**PROCESSO Nº: 0802008-96.2016.4.05.8400 - APELAÇÃO CÍVEL****APELANTE:** TANIA MARIA SOARES DE MEDEIROS ANDRADE**ADVOGADO:** Jose Alexandre Sobrinho e outros**APELADO:** MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e outro**RELATOR(A):** Desembargador(a) Federal Paulo Roberto de Oliveira Lima - 2ª Turma**JUIZ PROLATOR DA SENTENÇA (1º GRAU):** Juiz(a) Federal Janilson Bezerra De Siqueira**EMENTA**

**ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA POR IMPROBIDADE. EX-FUNCIONÁRIA DA CEF. REITERADAS TRANSFERÊNCIAS INDEVIDAS DE VALORES DE CONTAS DE CLIENTES. ENRIQUECIMENTO ILÍCITO (LEI Nº 8.429/92, ART. 9º, XI E XII). AUTORIA E MATERIALIDADE DAS CONDUTAS ÍMPROBAS FARTAMENTE COMPROVADAS. ILICITUDES DAS PROVAS. INOCORRÊNCIA. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA. IMPROVIMENTO DO APELO.**

1. Apelação cível em face de sentença proferida nos autos de ação civil pública por improbidade administrativa, na qual a apelante (à época, funcionária da CEF), restou condenada pela prática das condutas ímprobas previstas na Lei nº 8.429/92, art. 9º, XI e XII (perpetradas no período de janeiro/2008 a junho/2012)
2. Sentença que aplicou as sanções de ressarcimento integral do dano (R\$ 2.648.268,17 - dois milhões, seiscentos e quarenta e oito mil, duzentos e sessenta e oito reais e dezessete centavos), multa civil (R\$ 264.826,81 - duzentos e sessenta e quatro mil, oitocentos e vinte e seis reais e oitenta e um centavos), suspensão dos direitos políticos (oito anos) e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário (pelo prazo de dez anos);
3. *In casu*, restou fartamente comprovado que a demandada realizou, através dos sistemas internos da instituição bancária e por meio de guias de débito autenticadas nos caixas, a transferência de valores de contas de clientes da CEF para as de sua própria titularidade ou de pessoas que lhe eram próximas, mediante fraude, e, como é óbvio, sem a devida autorização formal dos clientes lesados, além de realizar empréstimos em nome de clientes e movimentação de valores em quantia superior àquelas autorizadas pelos titulares das contas;
4. Não merece prosperar a alegação de insuficiência de provas, mormente pela robusta documentação acostada ao procedimento administrativo, que trouxe, inclusive, relatórios e demonstrativos dando conta de que as movimentações indevidas dos valores foram efetivadas por meio de senha/chave vinculada à matrícula da demandada;
5. Demais disso, no curso do processo administrativo instaurado no âmbito da CEF, a ré confessou os fatos, tentando justificar o cometimento dos atos com a necessidade de pagamento de uma dívida de, aproximadamente, R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), decorrente de atividades de venda de roupas e joias, tese que, além de inaceitável, nem mesmo se mostra verossímil, ainda mais quando se verifica o valor final a descoberto, bem superior ao montante da dívida que alegou buscar cobrir;
6. Também não merece guarida a alegação de nulidade das provas pela ausência de publicidade do ato administrativo, porquanto, após a instauração do processo, foi oportunizado à demandada o exercício do contraditório e da ampla defesa, não tendo sua defesa logrado refutar as provas apresentadas. Por fim, a jurisprudência unânime entende que eventuais vícios no processo administrativo não contaminam a ação de improbidade administrativa dele decorrente;
7. Apelação improvida.

Abl

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que figuram como partes as acima indicadas.

DECIDE a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, à unanimidade, **NEGAR PROVIMENTO À APELAÇÃO CÍVEL**, nos termos do voto do Relator e das notas taquigráficas, que passam a integrar o presente julgado.

Recife, 15 de setembro de 2020.

**PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA LIMA**

Desembargador Federal Relator



Processo: **0802008-96.2016.4.05.8400**

Assinado eletronicamente por:

**PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA LIMA - Magistrado**

**Data e hora da assinatura:** 18/09/2020 14:38:33

**Identificador:** 4050000.22567709



20091814375696100000022530027

**Para conferência da autenticidade do documento:**

<https://pje.trf5.jus.br/pjeconsulta/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>